

Mariana de Araujo Ferraz

DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NO SISTEMA ALIMENTAR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ferraz, Mariana de Araujo

Direito humano à alimentação e sustentabilidade no sistema alimentar / Mariana de Araujo Ferraz. – São Paulo : Paulinas, 2017. – (Coleção cidadania)

Bibliografia.

ISBN: 978-85-356-4263-6

1. Alimentos (Direito) 2. Alimentos - Consumo 3. Direito à alimentação 4. Direito fundamental 5. Direitos humanos 6. Organismos transgênicos 7. Sustentabilidade I. Título. II. Série.

17-00993

CDU-342.57

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito fundamental à alimentação : Direitos humanos : Direito constitucional 342.57

1ª edição – 2017

Direção-geral: *Bernadete Boff*

Editora responsável: *Andréia Schweitzer*

Copidesque: *Ana Cecília Mari*

Coordenação de revisão: *Marina Mendonça*

Revisão: *Sandra Sinzato*

Gerente de produção: *Felício Calegaro Neto*

Projeto gráfico: *Manuel Rebelato Miramontes*

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema de banco de dados sem permissão escrita da Editora. Direitos reservados.

Paulinas

Rua Dona Inácia Uchoa, 62

04110-020 – São Paulo – SP (Brasil)

Tel.: (11) 2125-3500

<http://www.paulinas.org.br> – editora@paulinas.com.br

Telemarketing: 0800-7010081

© Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo, 2017

A meus pais, Maria Lúcia e Aloísio,
e às minhas queridas irmãs, Thaís e Camila.

Agradecimentos

Este livro é fruto de minha dissertação de Mestrado em Direitos Humanos, intitulada “Direito à alimentação e sustentabilidade”, desenvolvida sob orientação da professora Elza Antônia Pereira Cunha Boiteux, e defendida em abril de 2014, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Universidade de São Paulo – USP. Nesse sentido, dedico meus agradecimentos a muitas pessoas especiais que contribuíram com este trabalho. À orientação da professora Elza Boiteux, e aos conselhos e observações do professor Marcelo Gomes Sodré. Às professoras Patrícia Faga Iglecias Lemos e Rosângela Lunardelli Cavallazzi, pela avaliação criteriosa e construtiva. A Estela Waksberg Guerrini e Daniela Trettel, amigas, anjos da guarda, e por terem sido fundamentais na decisão da realização do mestrado. A Tâmara Amoroso e Gabriela Saab, pela luz e dicas preciosas. Ao Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, uma verdadeira escola em ativismo pela defesa de direitos, nas pessoas de Marilena Lazzarini, Lisa Gunn, Carlos Thadeu, Carlota Aquino, Teresa Liporace, Ione Amorim, Adriana Charoux, Graziela Tanaka, Guilherme Varella, Veridiana Alimonti, Renata Farias, Silvia Vignola, Ana Paula Bortoletto e toda a equipe idequiana, pela força e carinho. A Ekaterine Karageorgiadis, irmã, parceira de batalhas, e a todos os colegas do Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na pessoa de Maria Emília Pacheco. Às inspiradoras Elisabetta Recine, Inês Rugani e Paula Johns. A Maria Cecília Asperti,

Vivian Calderoni, Mariana dos Anjos e Paula Gomes, pela força e auxílio durante o mestrado e a todas minhas amigas do Largo São Francisco, pela amizade fortalecedora. A Lívia Bitencourt, pela constante presença, mesmo na distância. Ao meu pai, Aloísio, pelo olhar atento e cuidadoso, postura inspiradora e por nossa amizade. A minha mãe, Maria Lúcia, e irmãs, Thaís e Camila, pelo apoio incondicional. Ao meu companheiro de lutas e da vida, Fabio Gomes. Agradeço, por fim, a todos os colegas ativistas e acadêmicos, que tanto contribuem para a construção de um mundo mais justo no campo da alimentação.

Sumário

Siglas.....	13
Prefácio.....	17
Introdução	21

Parte I

Direitos humanos e alimentação

Capítulo 1 – Histórico dos direitos humanos.....	29
Internacionalização dos direitos humanos	34
Da proclamação à eficácia.....	38
Capítulo 2 – Alimentação como direito.....	43
Conceito de alimentação adequada e saudável	49
A abordagem de direitos humanos.....	61
Capítulo 3 – Segurança alimentar e nutricional	71
Capítulo 4 – Alimentação como direito no Brasil.....	77
Capítulo 5 – A natureza jurídica do direito à alimentação	83
Natureza de direito humano.....	84
Natureza de direito fundamental.....	85
Natureza de direito fundamental de segunda dimensão	89

Natureza de direito fundamental de primeira dimensão	91
Natureza de direito fundamental de terceira dimensão	91
Natureza de direito fundamental de quarta dimensão	93
Conclusão da Parte I	97

Parte II

Alimentação e sustentabilidade

Capítulo 6 – Origens do conceito de sustentabilidade.....	103
Capítulo 7 – Dimensões do conceito de sustentabilidade	107
A relação entre pobreza, insegurança alimentar e sustentabilidade	114
Sustentabilidade, solidariedade e o paradigma ambiental	120
Capítulo 8 – Produção de alimentos e sustentabilidade.....	131
O caso dos alimentos transgênicos	133
Agroecologia e a concretização do DHAA.....	170
Capítulo 9 – Consumo e sustentabilidade	183
Ação política por meio do consumo.....	188
A ação política por meio do consumo alimentar	194
Conclusão da Parte II	209

Parte III

Conflitos público-privados e realização da sustentabilidade na alimentação

Capítulo 10 – Conflitos público-privados e a realização do direito humano à alimentação	215
Capítulo 11 – O papel da responsabilidade social empresarial ..	221

Capítulo 12 – O papel do Estado.....	227
Políticas públicas e exigibilidade do direito humano à alimentação	228
Justiciabilidade do direito humano à alimentação	237
Capítulo 13 – O papel da educação	249
Conclusão da Parte III	259
Considerações finais.....	263
Referências bibliográficas	269

Siglas

AAO	Associação de Agricultura Orgânica
Anpa	Associação Nacional dos Pequenos Agricultores
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COMEST	Comissão Mundial de Ética da Ciência e da Tecnologia da Unesco
ComADHP	Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DNA	Ácido desoxirribonucleico
EAN	Educação Alimentar e Nutricional

FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIAN	FoodFirst Information & Action Network
Idec	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Isaaa	Serviço Internacional para Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia
Losan	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPF	Ministério Público Federal
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGMs	Organismos Geneticamente Modificados
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PGMs	Plantas Geneticamente Modificadas
Pidesc	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
Plansan	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RR	Roundup Ready

RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
Sisan	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Prefácio

A contemporaneidade e inovação deste livro reside na escolha do tema e na abordagem metodológica adotados por Mariana de Araujo Ferraz, pesquisadora e militante comprometida com a causa da soberania alimentar.

A opção por estabelecer a relação entre o direito humano à alimentação e a sustentabilidade, aplicada à análise sobre a produção e o consumo dos transgênicos e seus riscos sociais, ambientais e para a saúde humana, oferece uma importante contribuição ao debate. Ao seguir um instigante caminho teórico, conduz o leitor, de forma problematizadora, ao entendimento dos conflitos e desafios para a realização desse direito nos sistemas alimentares na atualidade.

Por isso suas reflexões chamam atenção sobre as mudanças determinantes no campo da alimentação, lembrando-nos de fatores como os escândalos alimentares, como, por exemplo, o fenômeno da “vaca louca”; as controvérsias sobre os caminhos da ciência e das tecnologias que artificializam a alimentação, onde se inclui a transgenia, fruto da chamada “Revolução Verde”; a percepção e publicização ou não de riscos; as ideologias alimentares e os discursos e práticas sobre consumo consciente. Esses fatores, explica-nos a autora, acabam colocando a alimentação no centro dos debates políticos.

No contexto de aguçamento dos conflitos público-privados e abuso de poder das corporações, ela examina e ressalta a obrigação do Estado de respeitar, proteger, promover e prover o direito à alimentação, associada a uma *consciência ética coletiva*, no dizer de Fábio Konder Comparato. Essa perspectiva quer afirmar a consciência de que a dignidade da condição humana exige respeito a certos valores e bens, ou seja, a uma alimentação adequada e saudável, e a garantia da segurança alimentar e nutricional. Ao mesmo tempo em que se requer acionar mecanismos de exigibilidade e justiciabilidade desse direito.

Ao fazer esse percurso crítico, Mariana caminha para a análise das alternativas do ponto de vista da produção e do consumo. Mostra a agroecologia como alternativa que respeita o princípio da precaução, e que responde às dimensões de disponibilidade, acessibilidade, adequação, sustentabilidade na produção dos alimentos, além de fortalecer a agricultura familiar, camponesa e dos povos e comunidades tradicionais como sujeitos e titulares de direitos. Analisa o consumo sob o ângulo das concepções e práticas expressas nos movimentos de consumidores, mostrando que o ato de *comer* pode se transformar em ação política, incluindo o exercício cidadão da defesa do direito à informação sobre os alimentos transgênicos.

É importante sublinhar também que o tema é tratado sob a égide da interdisciplinaridade, conjugando conceitos, princípios e valores. Ao assumir o diálogo entre o direito humano à alimentação e a questão ambiental, ela mostra que a incorporação do valor da solidariedade e dos princípios da precaução e da prevenção deve fundamentar limites às tecnologias que apresentem possibilidade ou plausibilidade de danos ao meio ambiente e aos seres humanos.

O universo jurídico, familiar à formação da autora, contempla reflexões filosóficas, éticas, promovendo o diálogo entre vários campos do saber que envolvem juristas, cientistas sociais, nutricionistas, educadores e outros profissionais.

É uma estimulante leitura para a qual convido todas as pessoas que buscam informações sobre o tema, mas também para aquelas que desejam assumir um compromisso como cidadãos e se engajarem nesta importante e atual luta pela soberania alimentar e pelo direito à alimentação adequada e saudável.

Maria Emília Lisboa Pacheco

Antropóloga, assessora da FASE-Solidariedade e Educação,
Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e
Nutricional (Consea), na gestão 2012-2016.